

A Democracia como Objeto de Análise na Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria

Democracy as an Object of analysis in the International Relations Theory in the Post-Cold War

Thais de Oliveira Queiroz*

Andrea Fernanda Rodrigues Britto**

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 147, jan.-fev. 2015 [p. 11 a 18]

I – Introdução

Após 1990, a variável democrática¹ passou a exercer importância fundamental para a análise e compreensão das mudanças globais na Nova Ordem Mundial. O início da Quarta Onda de Democratização (MCFAUL, 2002)² e o surgimento da unimultipolaridade (HUNTINGTON, 1999) evidenciaram um cenário imprevisível e intrinsecamente dinâmico na arena internacional. O mundo que se redescobria apresentava profundas transformações refletidas em um amálgama de redes globalizadas, atores diversificados e agendas múltiplas. Nesse universo, as variáveis domésticas foram inseridas na agenda global, impactando diretamente o comportamento e a ideologia da política externa dos Estados.

No século XXI, a questão democrática ganhou destaque não somente com a exportação da democracia liberal para o Afeganistão e o Iraque, mas também com as Revoluções Árabes e com a constante deterioração da democracia no mundo de 2006 a 2014 (FREEDOM HOUSE, 2014). Apesar da relevância da democracia na construção teórica das Relações Internacionais, poucas pesquisas foram realizadas a fim de sistematizar o seu papel na disciplina. Casarões (2012) foi um dos poucos acadêmicos que se dedicou a este desafio, analisando a existência das premissas democráticas em perspectiva histórica: do idealismo de Woodrow Wilson às teorias pós-modernas. Inserido no esforço de endossar essa incipiente subárea de estudo, este artigo tem como objetivo compreender a importância da democracia na Teoria das Relações Internacionais (TRI) no pós-Guerra Fria, com foco nas abordagens liberais, da teoria crítica e construtivista.

* Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil (tdeoliveiraqueiroz@gmail.com);

** Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil (andreafrbritto@gmail.com);

1 A concepção clássica de democracia adotada na presente pesquisa é a abordada por Dahl (1971) na obra *Polyarchy*, na qual o autor afirma que a igualdade dos indivíduos é o fator chave para a democracia. Dessa forma, cada pessoa tem a possibilidade de escolher e expressar as suas preferências frente à sociedade e ao governo por meio de ações individuais ou coletivas. Essas escolhas, por sua vez, devem ser analisadas de forma igualitária dentro dos trâmites burocráticos, não sofrendo discriminação devido ao seu conteúdo ou causa. Dahl (1971) denomina como “procedural mínimo” as oito condições principais – garantias institucionais – que caracterizam um Estado como democrático, a saber: liberdade para formar e participar de organizações, liberdade de expressão, direito ao voto, elegibilidade para cargos públicos, direito dos líderes políticos de competirem por apoio, fontes alternativas de informação, eleições livres e justas e, finalmente, a dependência que as instituições que fazem políticas governamentais têm dos votos e de outras expressões de preferências.

2 De acordo com McFaul (2002), a Quarta Onda de Democratização evidencia o período marcado pela transição democrática dos países ex-soviéticos.

Na segunda metade do século XX, os assuntos domésticos não pertenciam ao escopo do *mainstream* teórico das relações internacionais. A política mundial do período era centrada no realismo e preconizava questões de segurança e defesa, o que diminuiu a preponderância dos regimes políticos como variáveis independentes (CASARÕES, 2012). Após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), questionou-se se o realismo ainda seria adequado para explicar a conjuntura que se desdobrava. O ceticismo ocasionado pela sua dificuldade em explicar as transformações mundiais e a crença de que a Nova Ordem Mundial impulsionaria a cooperação (capacidade de ação coletiva) entre os países fomentaram o interesse por novas abordagens teóricas e pela reestruturação paradigmática do liberalismo e do realismo (KEGLEY, 1993). Rosenau (1990) acredita que esse cenário demandou a elaboração de aparatos hermenêuticos diversificados, fator que, para Snyder (2004), tornaria necessária a construção de pontes entre diferentes paradigmas e teorias. Nesse contexto, o neoidealismo, a Teoria da Paz Democrática, o liberal-institucionalismo, a teoria crítica e o construtivismo se apresentaram como alternativas factíveis, abarcando implícita e explicitamente fatores domésticos, tais como a complexa questão democrática no espectro da TRI.

II – A influência explícita da questão democrática na teoria liberal após 1990

Após a Guerra Fria, observou-se o engajamento do Ocidente na promoção do ideal democrático e do liberalismo no mundo (MINILLO, 2012). A agenda plural que se moldava abarcou primordialmente elementos liberais, expressos na necessidade de se estabelecer um diálogo entre os teóricos clássicos das Relações Internacionais.

O neoidealismo surgiu como um novo aporte teórico que teve como objetivo compreender as profundas transformações globais por meio da reinterpretação das principais premissas do idealismo utópico wilsoniano de 1918 (KEGLEY, 1993). De acordo com essa abordagem, os Estados agem de acordo com valores idiossincráticos que extrapolam as preocupações centralizadas nos fatores de poder (KEGLEY, 1988). A aplicação prática das perspectivas neo-wilsonianas fortaleceu a análise da nova configuração mundial ao focalizar temáticas como o revigoreamento da questão democrática – ressaltando a busca pela democracia (causas e consequências redescobertas), o revigoreamento do direito internacional, a redescoberta do papel das instituições internacionais, o ímpeto do princípio de autodeterminação dos cidadãos e a intensificação dos direitos humanos (KEGLEY, 1993).

O desafio de compreender a Nova Ordem Mundial também se refletiu na criação da teoria da paz democrática. Ao propor que os Estados liberais democráticos seriam pacíficos e não entrariam em guerra com outras democracias (DOYLE, 1986), a teoria supracitada aponta a democracia como um fator determinante para a estabilidade e a harmonia da complexa estrutura internacional contemporânea. A política doméstica, quando voltada para a democracia e para a paz, exerce nessa perspectiva um impacto significativo na política de segurança nacional e na contenção dos conflitos interestatais (KEGLEY, 1993).

Outra interpretação que emergiu após 1990 e ganhou grande importância foi a de Fukuyama (1995), baseada na premissa de que o fim da história teria ocorrido após a queda do comunismo e da URSS. Para o autor, o sucesso do liberalismo e a vitória da democracia ocidental como modelo de governo denotaram claramente a linha final da evolução dos preceitos ideológicos dos homens. O fim da história, porém, não evidenciaria um planeta sem qualquer conflito, porque mesmo se o fascismo e o comunismo não existissem mais, questões religiosas e nacionalismos representariam ainda significativos desafios a serem superados, ocupando destacada relevância na agenda internacional. Huntington (1997) aponta que a Teoria do Endismo surgiu como uma maneira de aclamar o fim da Guerra Fria e o colapso soviético, tendo como característica o fato de que “its central element is that bad things are coming to an end” (HUNTINGTON, 1997, p. 36). Avaliada como a formulação mais extrema

do endismo, a abordagem de Fukuyama (1995) recebeu de Huntington (1997) uma resposta significativamente pessimista, demonstrando que as suas falácias principais estão na excessiva ênfase à previsibilidade histórica e na permanência momentânea, ignorando a fraqueza da racionalidade dos seres humanos. Nesta concepção, o fim da história seria irreal.

Por seu turno, na concepção de Keohane (1993), o liberal-institucionalismo apresenta os preceitos da democracia de maneira intrínseca, visto que o sistema político padrão analisado pelo aparato hermenêutico neoliberal é o democrático (GRIECO, 1993). Apesar de o Estado se configurar como o ator principal, os *stakeholders* não estatais também são significativamente importantes para a tomada de decisões de maneira plural em uma arena política crescentemente participativa e multifacetada. Ao enfatizar a cooperação e o papel das instituições e dos regimes internacionais, os liberais institucionalistas ressaltam que a natureza e as consequências da anarquia não restringem profundamente o comportamento dos países na estrutura global. Além disso, o destaque auferido aos ganhos absolutos da cooperação internacional revela o impacto das intenções, dos interesses e da informação para o escopo analítico da teoria. Dessa forma, as instituições reduzem as incertezas e alinham as expectativas dos seus Estados-membros, visto que a sua organização, reputação e manutenção possuem conexão direta com a política doméstica e com a forma de governo dos seus integrantes.

III – O surgimento da democracia como uma variável importante nas abordagens pós-positivistas: Teoria Crítica, valores e a disseminação da democracia na cena global

De acordo com Lapid (1989), as relações internacionais se mantiveram por muito tempo como uma das ciências sociais menos reflexivas, exprimindo um reduzido olhar crítico no processo de teorização. Os adeptos da teoria crítica e do construtivismo acreditam que a construção social sobre a percepção do mundo influencia diretamente o que se entende por teoria, afetando também aspectos culturais, linguísticos e relacionais na distribuição de poder no espectro global. Casarões (2012) afirma que o papel da democracia tornou-se relevante a partir dessas abordagens teóricas, que conseguiram analisar a multicausalidade dos fatores internos e externos dos países na elaboração das ideias para a compreensão da política mundial.

A teoria crítica permitiu uma conexão interdisciplinar das relações internacionais ao questionar o realismo e apresentar um princípio ideário significativamente distinto dos liberais, exprimindo uma ontologia própria refletida na interação entre sujeito e objeto, em que valores e interesses se encontram presentes na produção do conhecimento. Na busca de um sentido emancipatório e não determinista, afirma que o conhecimento é um importante componente na transformação da realidade ao permitir que temas como democracia, terrorismo, pobreza, ameaça nuclear e devastação do meio ambiente sejam discutidos.

A agenda da teoria crítica enfatiza a prática discursiva, voltada para a linguagem e a comunicação em detrimento de aspectos estruturais e sistêmicos. Para os teóricos críticos, as redes sociais que se estabelecem revelam dinâmicas e ações humanas que privilegiam grupos específicos. Nessa perspectiva, as variáveis domésticas ganharam destaque e particularidade à luz de um entendimento novo e complexo dentro da TRI. Cox (1986), considerado um dos primeiros acadêmicos a aplicar os preceitos da teoria crítica no âmbito das relações internacionais, argumenta que toda teoria possui um enfoque específico: seja ele econômico, social ou político. O autor busca significado nas forças que transformam a ordem mundial, considerando que a estrutura é composta por uma miscelânea de instituições, ideias e capacidades materiais.

A variável democrática é um exemplo de como determinados fatores ideológicos podem afetar a sociedade internacional em ações específicas, tais como a exportação da democracia liberal pelo uso da força no Afeganistão

e no Iraque durante o século XXI. Para Castro Santos (2010), a importância da disseminação de valores domésticos na cena global pelos norte-americanos encontra-se no seguinte excerto:

No que se refere a espalhar seus valores pelo mundo, aproveitando a oportunidade única que a vitória na guerra-fria lhe proporcionava, os Estados Unidos têm promovido a democracia de diversas maneiras: desde simples intercâmbios culturais e científicos, passando por ajuda politicamente condicionada, sanções econômicas, pela forte influência na exigência da adoção de regime democrático para ser membro de importantes organismos internacionais e regionais até o uso da força (CASTRO SANTOS, 2010, p. 21).

Ao reconhecer o papel da sociedade civil, da nacionalidade e dos atores não estatais, Cox (1986) destaca a importância das forças sociais nas suas mais variadas dimensões – regional, nacional e internacional. Para o autor, as forças sociais “are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow state boundaries, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power” (COX, 1986, p. 225). Nesse sentido, as Revoluções Árabes constituem-se em um exemplo no qual a organização da sociedade civil foi determinante para o movimento de transição democrática que se iniciou na Tunísia e se espalhou pelo norte da África e Oriente Médio. A demanda *bottom-up* focalizada na instauração da democracia tunisiana causou um efeito dominó na região³, demonstrando como um fator ideacional interno pode transformar a configuração de determinada estrutura global.

IV – Construtivismo e a importância dos regimes políticos na formação identitária dos Estados

No construtivismo de matriz wendtiana, o Estado é um ator central e os seus interesses são formados por ideias. Nessa perspectiva, as estruturas são construídas pela sociedade e refletem identidades e interesses. As identidades não são predeterminadas e a sua construção se explica de forma endógena e exógena, por meio de um processo relacional constantemente sujeito a transformações. Essa abordagem é observada quando o autor menciona que “how a state satisfies its corporate interests depends on how it defines the self in relation to the other, which is a function of social identities at both domestic and systemic levels of analysis” (WENDT, 1994, p. 385). Dessa forma, gera-se um ciclo no qual as diferentes formas de integração encadeiam alterações no identitário coletivo, podendo modificar a lógica anárquica. A transição dos sistemas políticos dentro de um país evidencia as mudanças da sua dinâmica de identidade nacional, seja para um regime democrático ou para um autocrático. Nações democráticas, ao se tornarem ditaduras, inserem no seu comportamento inteligibilidades autocráticas e vice-versa. As ditaduras da América do Sul nos anos 1960 e 1970 elucidam como o arcabouço da identidade política de cada país se transformou e se disseminou na região, refletindo novas estruturas inter-relacionais.

Desse modo, Casarões (2012) acredita que o construtivismo foi a única teoria capaz de realmente internalizar o regime político, a exemplo da democracia, como uma variável independente importante para as relações internacionais. Isso se explica porque um dos principais fatores que caracterizam a identidade dos Estados é o tipo de regime político que ele incorpora no seu contexto doméstico (CASARÕES, 2012). Ao analisar o argumento de Casarões (2012), a presente pesquisa verificou que a democracia esteve presente de maneira significativa na interpretação teórica do meio internacional do pós-Guerra Fria não somente no construtivismo,

3 O “efeito bola de neve” (*snowball effect*) também foi observado na transição democrática dos países ex-soviéticos após 1990 (McFaul, 2002)

mas também no neoidealismo, no liberal-institucionalismo e na teoria crítica. Dessa forma, é possível observar que a questão democrática exerceu um impacto na formulação da TRI muito mais profundo do que a literatura existente confere a esta variável.

Ao analisar as estruturas, Wendt (1999) acredita que o mundo é derivado das ideias e valores dos agentes que o constroem. Nessa perspectiva, o sistema internacional é formado por uma estrutura cultural, moldada pelas diferentes capacidades entre os atores que o compõem e pelos seus interesses assimétricos. Essa abordagem faz com que o realismo seja questionado, tendo em vista que as preocupações com segurança e autopreservação não se mostrariam essenciais para todos os países. Esse cenário impede que um tema se encontre no topo da agenda ou esteja sempre expresso como o mais relevante na arena mundial. Embora a promoção da democracia seja importante para determinados países, como os Estados Unidos, ela não se encontra como prioridade para outras potências no globo.

Para Onuf (1989), a estrutura social é elaborada de maneira contínua e suas interações são reguladas por padrões que se redefinem e se adaptam aos mais diferentes contextos. Pautado em um “construtivismo centrado nas regras”, focaliza a ligação entre agente e estrutura. Observa-se, nesse cenário, a conexão intrínseca entre a interpretação subjetiva da realidade e a realidade em si, sendo a linguagem um instrumento essencial da interação humana para o estabelecimento de expectativas e de percepção do mundo. Uma sociedade que vivencia valores democráticos edifica identidades idiossincráticas que resultam na reinterpretação do sistema político no seu universo cultural. Essa identidade nacional própria é compartilhada cotidianamente pelos indivíduos que a compõem, refletindo o lugar dessa nação dentro da sociedade internacional.

O objetivo do construtivismo na abordagem de Onuf (1989) é compreender as interações sociais de maneira holística, incorporando a compreensão do impacto recíproco entre os indivíduos e as estruturas nas quais eles estão inseridos – identificando a simultaneidade entre ambos. No estudo sobre o início da transição para a democracia como um processo contínuo de co-constituição entre agente e estrutura, Rustow (1970) acredita que práticas como a realização periódica de eleições levam à inserção paulatina de valores democráticos em sociedades tradicionalmente autocráticas. Destarte, de acordo com os argumentos supracitados, a abordagem construtivista das relações internacionais considera a variável democrática como um fator fundamental para explicar o comportamento dos Estados no pós-Guerra Fria em diversas arenas: da política externa, da atuação regional e global, da formulação dos interesses e da reinvenção das identidades nacionais.

V – Considerações finais

A necessidade de se compreender as estruturas globais após 1990 se refletiu no surgimento de novas correntes interpretativas na TRI. Essas abordagens impulsionaram uma análise crítica, abrangente e multifacetada da cena internacional. Ao apresentar uma realidade complexa, globalizada e imersa por diversos atores subnacionais, a Nova Ordem Mundial exprimiou um conjunto de desafios ontológicos que fomentou a renovação das relações internacionais como campo de estudos. Esse período foi marcado pela reinterpretação de paradigmas teóricos vigentes desde a Primeira Guerra Mundial e pela construção de perspectivas inspiradas no arcabouço hermenêutico de outras ciências sociais.

O mundo pós-Guerra Fria não poderia mais centralizar o seu escopo analítico na corrida armamentista, na segurança e na defesa nacional. A adoção de uma agenda multidisciplinar de governança foi fundamental para a edificação dos interesses, das identidades e das ideologias dos Estados na sociedade internacional. Nesse cenário, as variáveis domésticas foram inseridas na TRI como um fator significativamente relevante para explicar o comportamento das nações e a sua atuação no novo meio global. Do papel periférico que exercia na

concepção realista durante a bipolaridade, a democracia emergiu como um dos principais fatores explicativos para as transformações globais contemporâneas.

No âmbito liberal, o neoidealismo, refletiu os preceitos neo-wilsonianos por meio do fortalecimento da democracia, do direito internacional e dos direitos humanos. A Teoria da Paz Democrática trouxe a democracia para o centro do debate sobre a nova configuração mundial que se delineava, afirmando que democracias não entram em conflito entre si, e que um mundo mais democrático seria um mundo mais pacífico. Já no liberal-institucionalismo, democracia é identificada como o sistema político padrão dos Estados analisados.

As teorias reflexivistas, abordadas nesse trabalho por meio do estudo da teoria crítica e do construtivismo, consolidaram a relevância da variável democrática no estudo da TRI. O arcabouço interpretativo que se destinava a compreender o meio internacional permitiu um estudo mais amplo e holístico, destacando a influência da ideologia e dos interesses dos Estados na comunidade internacional e nos seus arranjos de poder. A teoria crítica aponta como os valores e os fatores ideológicos podem impactar a configuração internacional. Nesse espectro, os valores democráticos moldam tanto o comportamento político doméstico das sociedades “livres” quanto a maneira que ela será inserida na arena global. O construtivismo, por sua vez, aprofundou a importância da democracia na TRI ao relacioná-la à formação da identidade coletiva dos Estados.

Por meio desse estudo, notou-se que foi conferido à variável democrática atribuições idiossincráticas nas abordagens liberal, crítica e construtivista. De maneira distinta, a democracia se inseriu na agenda internacional a partir do pós-Guerra Fria e ganhou novas características de acordo com as interpretações que surgiam para explicar a Nova Ordem Mundial. Dessa forma, encontrou-se expressa explícita e implicitamente no universo teórico das Relações Internacionais, constituindo um fator essencial para a compreensão dos desafios hermenêuticos da atualidade. É importante destacar que essas teorias não somente inseriram a questão democrática nas suas premissas heurísticas, mas também propiciaram uma visão ontológica inovadora para a análise dos fenômenos democráticos, que podem ser identificados desde as ondas de democratização e da exportação de democracia até a perda ou ganho da liberdade civil e direitos políticos em determinadas regiões do globo.

Referências bibliográficas

- Casarões, G. S. P. 2012. Qual o lugar da democracia nas relações internacionais? *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 34, nº 1, janeiro/junho 2012, p. 43-77.
- Castro Santos, Maria Helena. 2014. O Papel dos Estados Unidos na Nova Ordem Internacional e as Intervenções Militares Americanas no Pós-Guerra Fria: que lugar ocupa aí a democracia? *Boletim Meridiano 47*, nº 117, p. 18 a 22.
- Cox, Robert. 1986. “Social forces, states and world order.” In: Keohane, Robert (org.), *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.
- Dahl, R. 1972. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Doyle, M. 1995. “Liberalism and the end of the cold war.” In: Richard N. Lebow & Thomas Risse-Kappen, *International Relations Theory and the End of the Cold War*. New York: Columbia University Press.
- Freedom House. 2014. “Freedom in the World 2014”. <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2014#.VEcOifnF8uc>. Acesso em 21 de outubro de 2014.
- Fukuyama, F. 1995. “The end of History.” In: *Conflict after the Cold War: Arguments on causes of war and peace*, edited by Richard Beets, 85-108. New York: Macmillan Press.

- Grieco, J. M. 1993. "Understanding the problem of international cooperation: the limits of neoliberal institutionalism and the future of realist theory". In *Neorealism, Neoliberalism: The Contemporary Debate*, edited by David Baldwin, 301-338. New York: Columbia University Press.
- Huntington, S. 1997. "The errors of endism." In: *The New Shape of world Politics: Contending Paradigms in International Relations*. New York: Foreign Affairs Agenda Series.
- _____. 1996. "Democracy's Third Wave". In *The Global Resurgence of Democracy*, edited by Larry Diamond and Marc F. Plattner, 2nd Ed., Baltimore and London: The John Hopkins Press.
- _____. 1999. The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, vol. 78, n.02, Mar/Apr.1999, p. 35-49.
- Kegley Jr, Charles W. 1988. Neo-idealism: A Practical Matter. *Ethics & International Affairs*. Volume 2, Issue 1, pages 173-197, March.
- _____. 1993. *The Neoidealist Moment in International Studies? Realist Myths and the New International Realities*. *International Studies Quarterly*, vol. 37, nº2, pp. 131-146.
- Keohane, R. 1993. "Institutional Theory and Realist Challenge After the Cold War". In *Neorealism, Neoliberalism: The Contemporary Debate*, edited by David Baldwin, 269-300. New York: Columbia University Press.
- Lapid, Y. 1989. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era, *International Studies Quarterly* 33, 3 (Sept. 1989).
- McFaul, Michael. 2002. *The Fourth Wave of Democracy and Dictatorship: Noncooperative Transitions in the Postcommunist World*. *World Politics*, 54, pp 212-244.
- Minillo, Xaman. 2012. *A importância do estudo das Relações Internacionais Africanas para o Campo das Relações Internacionais*. *Revista Monções*: Vol. 1 n. 1 – UFGD – Jan/Jun 2012. 157.
- Onuf, N. G. 1998. "Constructivism: A User's Manual". In *International Relations in a Constructed World*, edited by In Kubáľková. M.E. Sharpe.
- Rosenau, J. 1990. "Justifying jailbreaks, the limits of contemporary concepts and methods". In *Turbulence in World Politics: a theory of change and continuity*, 21-46. Princeton: Princeton University Press.
- Rustow, Dankwart. 1999. *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*, in Anderson, Lisa, ed. *Transitions to Democracy*. New York: Columbia University Press.
- Snyder, J. 2004. *One World, Rival Theories*. *Foreign Policy*, nov-dec. pp. 52-62.
- Wendt, A. 1992. *Anarchy is what States make of it: The Social Construction of Power Politics*. *International Organization* 46, 2, Spring.
- _____. 1994. Collective Identity Formation and the International State. *The American Political Science Review*, Vol. 88, No. 2, Jun., pp. 384-396.
- _____. 1999. *Social Theory on International Relations*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Resumo

As correntes teóricas que surgiram no pós-Guerra Fria destacaram a relevância das variáveis domésticas no estudo da Teoria das Relações Internacionais. Considerando as transformações ontológicas ocorridas na subdisciplina após 1990, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da democracia no escopo hermenêutico das teorias liberal, crítica e construtivista.

Abstract

The theoretical perspectives that have emerged in the post-Cold War emphasized the relevance of the domestic variables in the International Relations Theory study. Considering the ontological changes inside the subdiscipline after 1990, this article aims to analyze the importance of democracy in the hermeneutic scope of the liberal, critical and constructivist theories.

Palavras-chave: Pós-Guerra Fria, Teoria das Relações Internacionais, democracia.

Keywords: Post-Cold War, Theory of International Relations, democracy.

Recebido em 31/10/2014

Aprovado em 28/02/2015